



## **TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO FLORESTAL: EXPANSÃO DA SILVICULTURA DE EUCALIPTO SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NOS MUNICÍPIOS DE AÇAILÂNDIA E ITINGA DO MARANHÃO, MARANHÃO, BRASIL**

Allison Bezerra Oliveira

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, Brasil  
[allisonbZR@gmail.com](mailto:allisonbZR@gmail.com)

Diego Armando de Sousa Paz

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, Brasil  
[d.armando147@gmail.com](mailto:d.armando147@gmail.com)

José Sérgio de Jesus Salles

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, Brasil  
[jose.salles@uemasul.edu.br](mailto:jose.salles@uemasul.edu.br)

Paulo Ricardo Schwingel

Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Santa Catarina, Brasil  
[schwingel@univali.br](mailto:schwingel@univali.br)

José Geraldo Pimentel Neto

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, Brasil  
[gerageo@gmail.com](mailto:gerageo@gmail.com)

**RESUMO** – O artigo tem por objetivo compreender as transformações decorrentes do processo de expansão da silvicultura de eucalipto sobre territórios de agricultura familiar nos municípios de Itinga do Maranhão e Açailândia. Assim, discute o processo de inserção e avanço dessa monocultura no estado e as conseqüentes mudanças provocadas no território. Metodologicamente, a pesquisa foi estruturada em dois momentos, sendo o primeiro relativo à fundamentação teórica e busca por dados secundários para sistematização de gráficos, mapas e quadros, o segundo momento compreendeu o trabalho de campo, no qual foram visitadas fazendas de eucalipto, comunidades locais, assentamentos e pequenos produtores rurais, coletando dados por meio de acervo fotográfico, entrevistas com produtores rurais vizinhos das fazendas de eucalipto e localização das fazendas, via GPS, para produção cartográfica. Os resultados da pesquisa indicam que o avanço da fronteira agrícola de eucalipto está transformando sobretudo os territórios de agricultura familiar, diminuindo a diversidade produtiva e impactando nas relações sociais e de trabalho.

Palavras-chave: Silvicultura de eucalipto; agricultura familiar; Itinga do Maranhão; Açailândia.

## **THE TERRITORIALIZATION OF FOREST AGRIBUSINESS: EXPANSION OF EUCALYPTUS FORESTRY ON FAMILY AGRICULTURE IN THE MUNICIPALITIES OF AÇAIÂNDIA AND ITINGA DO MARANHÃO, MARANHÃO, BRAZIL**

**ABSTRACT** – The article aims to understand the transformations resulting from the expansion process of eucalyptus forestry on family farming territories in the municipalities of Itinga do

Maranhão and Açailândia. Thus, it discusses the process of insertion and advancement of this monoculture in the state and the consequent changes in the territory. Methodologically, the research was structured in two moments, the first being related to the theoretical foundation and search for secondary data for the systematization of graphs, maps and tables, the second moment comprised the fieldwork, in which were visited eucalyptus farms, local communities, settlements and small farmers, collecting data through photographic collection, interviews with neighboring farmers of eucalyptus farms and location of farms, via GPS, for cartographic production. The results of the research indicate that the advance of the agricultural frontier of eucalyptus is transforming mainly the territories of family farming, reducing the productive diversity and impacting on social and labor relations.

Keywords: Eucalyptus forestry; family farming; Itinga do Maranhão; Açailândia

## **INTRODUÇÃO**

Desde a segunda metade do século XX, o processo de inserção do Maranhão na dinâmica do desenvolvimento nacional passou a se aprofundar. A dimensão dos investimentos públicos e privados e a dispersão territorial dos grandes empreendimentos constituíram um elo decisivo para o avanço de uma nova fronteira agrícola no estado (BURNETT, 2014).

Articulado dentro dessa dinâmica de investimentos e incentivos públicos e privados no Maranhão, o eucalipto ganha espaço já no início da década de 1980, com a implantação da Estrada de Ferro Carajás (EFC), no Pará, e o complexo siderúrgico produtor de ferro-gusa, no município maranhense de Açailândia. Desse modo, o eucalipto se destaca inicialmente como recurso energético para esses complexos siderúrgicos.

Hoje, o estado conta com mais de 225 mil hectares reservados a essa cultura (IBGE, 2019a), que tem se expandido consideravelmente a partir da implementação da Suzano Papel e Celulose, no município de Imperatriz, no ano de 2008 (OLIVEIRA, 2019). A intensificação da expansão atual do eucalipto no Maranhão representa não apenas a consolidação de um movimento iniciado outrora, mas também a utilização competitiva do território pelo grande capital do agronegócio, que avança, entre outros aspectos, sobre áreas de pequenas propriedades de agricultura familiar, causando significativos impactos no trabalho rural e na produção de culturas alimentares tradicionais.

Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo compreender as transformações decorrentes do processo de expansão da silvicultura de eucalipto sobre territórios de agricultura familiar nos municípios de Itinga e Açailândia. A compreensão aqui assumida estabelece que, o avanço da fronteira do agronegócio florestal, conjuntamente com outros problemas estruturais tem avançando significativamente sobre áreas de pequenas propriedades de base familiar, contribuindo para transformações fundiárias e produtivas nestes territórios.

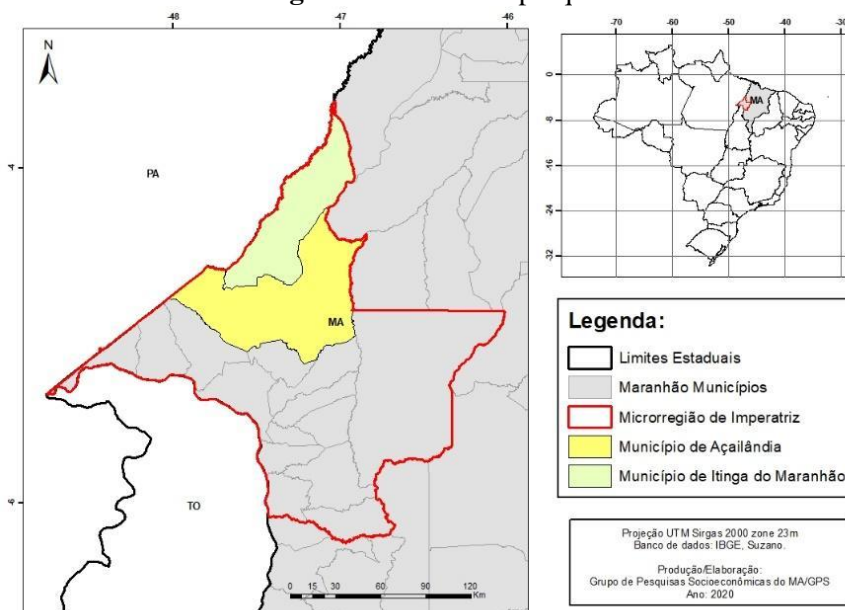
Metodologicamente utilizou-se enquanto recorte espacial os municípios de Açailândia e Itinga do Maranhão (Figura 1), ambos localizados na microrregião de Imperatriz, Maranhão.

Dessa forma, a pesquisa foi estruturada em dois momentos, sendo o primeiro relativo à fundamentação teórica e busca por dados secundários para sistematização de gráficos e quadros, utilizando como fontes de coleta de dados o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ) e os relatórios de produção da própria Suzano Papel e Celulose. O segundo momento compreendeu o trabalho de campo, no qual foram visitadas fazendas de eucalipto, comunidades locais, assentamentos e pequenos produtores rurais, coletando dados por meio de: acervo fotográfico; entrevistas com produtores rurais vizinhos das fazendas de eucalipto; e localização das fazendas, via GPS, para produção cartográfica.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo é estruturado da seguinte maneira: a primeira seção, trata da expansão da fronteira agrícola do Matopiba no estado do Maranhão; a segunda aborda a inserção e o avanço da fronteira do eucalipto no Maranhão; a terceira seção descreve os velhos e novos territórios do eucalipto nos municípios de Açailândia e Itinga do Maranhão,

analisando o processo de territorialização do capital agroflorestal. por fim, na última seção destaca-se velhos e novos territórios do eucalipto nos municípios de Açailândia e Itinga do Maranhão.

**Figura 1.** Recorte da pesquisa.



**Fonte:** Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do MA – GPS (2020).

## **A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA DO MATOPIBA NO ESTADO DO MARANHÃO**

O termo de fronteira agrícola é normalmente concebido como um espaço social, político, valorativo, além de dinâmico e contraditório. Nesse sentido, as áreas de fronteira agrícola vêm representando o desbravamento e a territorialização de terras - antes “desabitadas” economicamente - ao setor agrícola (SICSÚ; LIMA, 2000; BECKER, 1990). Assim, Bolfe *et al.* (2016) ressalta que as áreas de fronteiras agrícolas estão atreladas a áreas tidas como periféricas e que nas últimas décadas estão sendo ocupadas por diversas atividades produtivas vinculadas ao agronegócio, assim, transformando a realidade econômica dessas regiões marginais do país.

Nesse mesmo sentido, Vieira Filho (2016) destaca que essa a fronteira do agronegócio vem se avançando dentro dessas quatro últimas décadas, principalmente pelo uso intensivo de conhecimento e tecnologia. Essa expansão vem acarretando uma série de impactos socioeconômicos provenientes da exploração econômica do território.

Logo, um dos fatores marcantes da fronteira agrícola é a ampliação do espaço para acumulação e expansão do modo de produção capitalista no país, ou seja, a fronteira, ao contrário da ocupação camponesa mais tradicional, passa a ser um espaço privilegiado da acumulação capitalista (SICSÚ; LIMA, 2000). A fronteira agrícola vai, portanto, muito além de um estabelecimento físico com determinados limites geográficos. Seu estabelecimento, em si, não constitui um processo natural, sem intenções e vontades, mas sim carrega os interesses e necessidades do modo de produção dominante marcado por atores hegemônicos (NASCIMENTO; BASTOS, 2016).

A expansão da fronteira agrícola no Brasil se intensificou no Sul, Sudoeste e Centro-Oeste, principalmente a partir da década de 1970, com o auxílio do Estado, através de políticas de desenvolvimento e integração do país. Aliadas ao capital privado, essas políticas iniciaram, já na

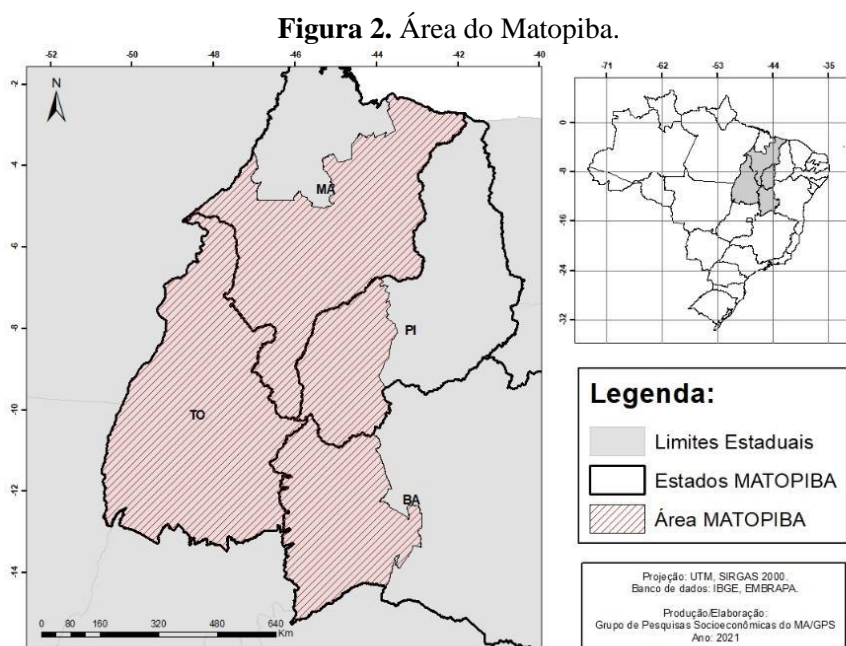
década de 1980, o avanço de uma segunda fronteira no cerrado e na Amazônia Legal, denominada MATOPIBA (SICSÚ; LIMA, 2000). A nova fronteira, vem convertendo a Amazônia, rica em recursos naturais, em um espaço de atração do grande capital privado que vem provocando diversos impactos ambientais e sociais como: desmatamento, concentração fundiária, grilagem de terras, conflitos agrários, etc (OLIVEIRA, 2019).

No estado do Maranhão, em especial na sua porção sul, essa frente de expansão do MATOPIBA se deu principalmente através da produção da monocultura da soja, intensificada na década de 1990. Bolfe *et al* (2016) afirma que essa ação foi provocada, principalmente, por ação do Estado em que uns dos programas importantes como Proceder III e o Programa Corredor de Exportação Norte foram decisivos. Desse modo, essas políticas e programas vieram a intensificar a incorporação demasiada de terras ao agronegócio possibilitando mudanças no uso da terra, além, de alterar a estrutura agrária de subsistência em agricultura altamente tecnicizada.

O Matopiba tornou-se relevante após o século XXI. Produzindo principalmente grãos, a fronteira é um dos principais alvos da cobiça do agronegócio globalizado, em que são explícitos os processos econômicos, associativos e estratégicos do capital financeiro na perseguição do lucro e da renda da terra, sob o patrocínio de políticas de Estado (SANTOS, 2018).

A oficialização do Matopiba se deu através do Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015, através do qual a Presidência da República lançou o Plano de Desenvolvimento Agropecuário, interrompido em 2016. O decreto afirma que essa região tem por finalidade promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável, fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população (SALOMON, 2020).

Em 12 de novembro de 2015, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento emitiu a Portaria nº 244, que designa o Matopiba (Figura 2) como uma região econômica formada por 337 municípios que compõem simultaneamente a fronteira dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, com área total de 73 milhões de hectares. O Matopiba é composto por 31 microrregiões, sendo as microrregiões de Barreiras (oeste da Bahia), Imperatriz (noroeste do Maranhão) e Porto Nacional (centro do Tocantins) as que mais produzem, estando entre as primeiras no ranking do Produto Interno Bruto (PEREIRA; CASTRO; PORCIONATO, 2018). A Figura 2 apresenta a área do Matopiba e demonstra seu avanço sobre o cerrado e a Amazônia Legal maranhense.



**Fonte:** Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do MA – GPS (2021).

Segundo (2018, p. 5), “essa região sofreu rápidas transformações em sua dinâmica de ocupação do solo devido à expansão da atividade agropecuária e da produção de grãos, principalmente de soja”. Também vem passando por mudanças tanto em aspectos econômicos quanto sociais, consequência do avanço da agricultura para produção de *commodities* agrícolas como soja, milho, algodão, cana-de-açúcar, café e eucalipto. Pereira, Porcionato e Castro (2018) ainda ressaltam que o avanço dessa fronteira vem trazendo para os espaços rurais problemas como: desmatamento; altos níveis de poluição agroquímica; invasão de terras e espaços de usos tradicionais por “grileiros”, gerando conflitos com comunidades camponesas, povos tradicionais e posseiros já instalados na região. Com isso, também tem crescido a ocupação desses e de outros espaços rurais do país por parte de grupos internacionais.

## INSERÇÃO E AVANÇO DA FRONTEIRA DO EUCALIPTO NO MARANHÃO

De acordo com Viana (2004) até início do século XX o eucalipto no Brasil tinha finalidade apenas decorativa. Contudo essa realidade muda a partir do século XX, quando o eucalipto passa a ter fins econômicos com a então Companhia Paulista de Estrada de Ferro, assim sendo utilizada como dormentes, postes e carvão vegetal. Logo, de 1909 até 1966, já se tinham plantado cerca de 470.000 hectares da monocultura de eucalipto por todo Brasil, sendo sua maior concentração no estado de São Paulo.

Já no Maranhão a inserção desta atividade do eucalipto se dá principalmente pela implantação do Programa Grande Carajás, investimento da então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), iniciado em 1980. Com esse projeto, foi criada a Estrada de Ferro Carajás (EFC), que liga a cidade de Parauapebas, no Pará, ao Porto do Itaqui, na capital maranhense São Luís. Essa EFC possibilitou a instalação de indústrias voltadas para a produção de ferro-gusa no município maranhense de Açailândia (OLIVEIRA; PAZ; SILVEIRA, 2020).

Portanto o uso inicial do eucalipto era servir de energia para as guseiras, em Açailândia, sendo necessário investir em área plantada de eucalipto para alimentar os fornos industriais. Nas décadas seguintes, logo as áreas plantadas se expandiram e permitiram à CVRD tentar produzir pasta de celulose através da Companhia de Celulose do Maranhão (Celmar), em 1992. Dessa forma, a Celmar surgiu como um subproduto dos processos de reestruturação e especialização produtiva que a precederam, sendo um projeto vinculado à CVRD e seu discurso de desenvolvimento sustentável e benefícios que esse tipo de empreendimento poderia proporcionar ao Maranhão (OLIVEIRA; PAZ; SILVEIRA, 2020).

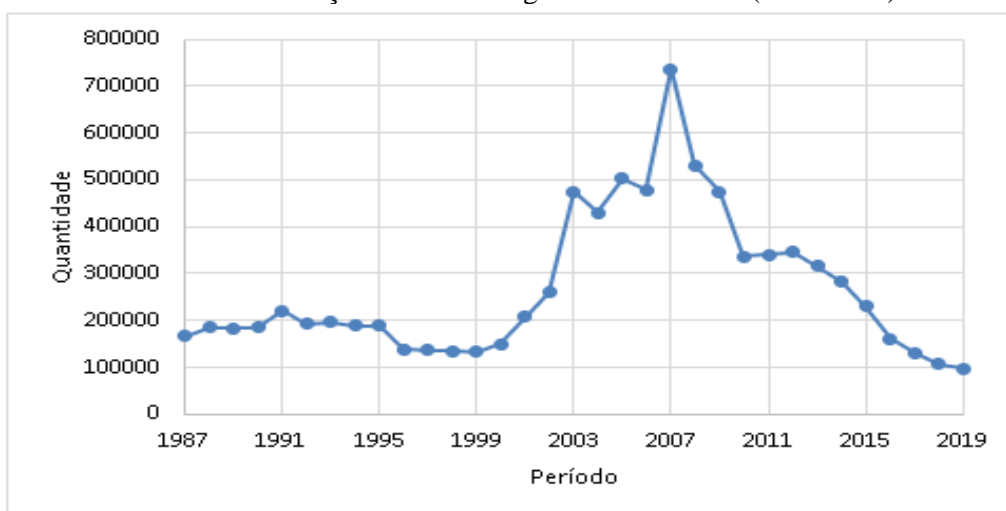
Dessa forma, os impactos de empreendimentos focados na monocultura de eucalipto na porção amazônica do Maranhão, especificamente em se tratando do projeto Celmar, seriam devastadores, uma vez que sua instalação intensificaria a dinâmica de concentração de terras e, como consequência, de transformações na agricultura local, principalmente a de subsistência.

Assim como outros projetos agrofloretais, a Celmar encontrou na Amazônia maranhense as condições ideais para a sua implantação, tais como: presença de vastas áreas degradadas, adequadas para reflorestamento com eucalipto; terras baratas; recursos hídricos em abundância; disponibilidade de força de trabalho barato e infraestrutura. No entanto com a privatização da CVRD e a dificuldade de liberação de todos os fundos necessários para a instalação industrial, o projeto foi interrompido e as áreas plantadas continuaram a atender à produção de carvão vegetal e um pequeno percentual voltado para construção civil (OLIVEIRA; PAZ; SILVEIRA, 2020).

O carvão vegetal é um dos redutores energéticos mais importantes da indústria siderúrgica nacional, muito utilizado pelas indústrias como energia para produção de ferro-gusa. No Maranhão, a intensificação da retirada de madeira para produção de carvão vegetal está diretamente ligada aos grandes projetos de mineração implantados no estado ao longo das décadas de 1980 e 1990.

No Gráfico 1, observa-se que há uma produção considerável de carvão vegetal no Maranhão desde a implantação do complexo produtor de ferro-gusa, destacando-se um aumento relevante no início do século XXI, com o cancelamento do Projeto Celmar e o aquecimento do mercado internacional de ferro-gusa. Nesse contexto, em 2008, a indústria Suzano Papel e Celulose instalou-se em Imperatriz, no Maranhão, estimulada pela grande quantidade de plantações de eucalipto entre outros fatores, como: incentivos do governo, grande potencial hidrológico, infraestrutura e localização geográfica estratégica para o escoamento da produção.

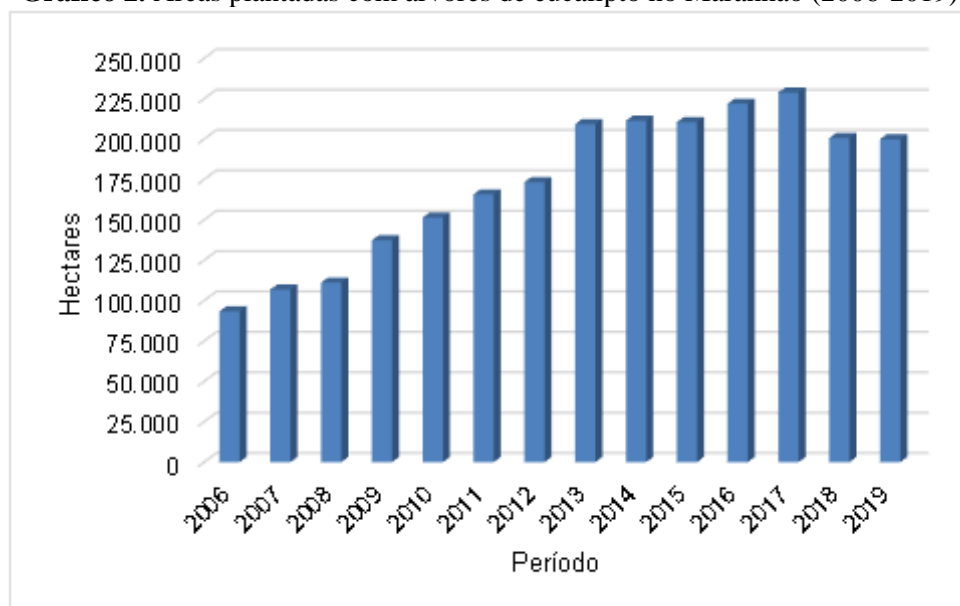
**Gráfico 1.** Produção de carvão vegetal no Maranhão (1987-2019).



**Fonte:** IBGE (2019a). Organizado pelos autores (2022).

Desse modo, nas últimas duas décadas, houve uma mudança na finalidade do eucalipto: anteriormente destinado à produção de carvão vegetal, passou a ter como foco a produção de celulose, ampliando as áreas de plantação de eucalipto, como mostra o Gráfico 2, que apresenta a evolução recente da área plantada de eucalipto no Maranhão, no período de 2006 a 2019.

**Gráfico 2.** Áreas plantadas com árvores de eucalipto no Maranhão (2006-2019).



**Fonte:** Relatórios da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ, 2019). Organizado pelos autores (2022).



Percebe-se a expansão dessa atividade a partir da implementação da fábrica da Suzano, em 2009, quando havia 137.360 hectares de área plantada de eucalipto no estado. Esse percentual se acentua em 2013, quando a Suzano Papel e Celulose começa sua produção de pasta de celulose, resultado de grande incorporação tanto através da compra quanto do arrendamento de fazendas já existentes e de novas terras para o plantio de eucalipto. Dessa forma, de 2006 a 2019 houve um aumento de 106.626 hectares de eucalipto no Maranhão, cerca de 114,30% em comparação ao território total do estado (33.198.300 hectares). Nesse período, houve um crescimento médio de 0,52% nas áreas plantadas de eucalipto no estado.

## **TERRITÓRIOS DO EUCALIPTO NOS MUNICÍPIOS DE AÇAILÂNDIA E ITINGA DO MARANHÃO**

Segundo Santos e Silveira (2006), a globalização fez com que o Brasil se inserisse dentro de uma lógica econômica global marcada pela divisão internacional do trabalho, que, nesse contexto, ganha novos dinamismos, sobretudo nos países subdesenvolvidos. “A lógica das grandes empresas, internacionais ou nacionais, constitui um dado da produção da política interna e da política internacional de cada país” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 255). Assim, tais empresas buscam, em cada território, a localização que melhor lhes convém, considerando produção, circulação e consumo.

Cada empresa, cada ramo da produção produz, paralelamente, uma lógica territorial. [...] isto é, a distribuição no território dos pontos de interesse para a operação dessa empresa. [...] o uso desses pontos do território nacional é submetido a uma lógica que, por intermédio de uma empresa global, acaba sendo uma lógica global. (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 292-293).

As empresas globais escolhem pontos estratégicos para o crescimento de sua produção. Um exemplo dessa dinâmica é o da Suzano Papel e Celulose e sua cadeia produtiva, desde a matéria-prima até os produtos comercializados. Essa cadeia se apropria do território e de seus elementos para que o processo competitivo de produção seja consolidado frente às demandas globais (OLIVEIRA, 2019).

Analisar as formas de uso do território de atuação de determinada cadeia produtiva pode revelar outro fenômeno espacial, o da especialização produtiva do território, fruto de seu uso competitivo. Nesse processo de especialização, vários elementos tendem obrigatoriamente a se adequar à nova realidade, criando-se, assim, a ordem para uns e a desordem para outros (SANTOS; SILVEIRA, 2006).

É nesse contexto que a implantação da indústria motriz da Suzano Papel e Celulose, em 2009, Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, desencadeou transformações importantes na região, sobretudo a especialização produtiva do território pela cadeia de papel e celulose, o que pode ser mais nitidamente percebido pela expansão da monocultura de eucalipto. Essa monocultura exige grandes áreas para plantio em razão da necessidade da Suzano de suprir demandas globais, visto que é uma empresa voltada especialmente para exportação.

A base florestal da Suzano Papel e Celulose é formada por florestas tanto de áreas próprias como arrendadas e está distribuída nos estados do Maranhão, Pará e Tocantins. Compreende 278 propriedades, com área total de 484.837,96 hectares, destinados à implantação de projetos de silvicultura; desse total, 110 imóveis rurais são considerados próprios, adquiridos por meio de escritura ou contrato de compra e venda, e outras 168 unidades foram adquiridas por contratos de arrendamento entre empresas do grupo ou com fazendeiros da região (SUZANO, 2018).

De acordo com a Suzano (2019), o processo de arrendamento se deu em duas modalidades. Na modalidade *Verde 50%*, o produtor se compromete, por meio de um contrato de compra e venda de madeira, a implantar a cultura de eucalipto atendendo às orientações técnicas da Suzano e a

vender para a empresa, no mínimo, 50% da madeira produzida. Já na modalidade *Renda Verde* 95%, o produtor se compromete a vender 95% da madeira.

Oliveira, Paz e Silveira (2020), ressaltam que a tipificação do espaço rural por grandes propriedades de eucalipto, principalmente pela Suzano Papel e Celulose, é um elemento central na materialização política da reestruturação produtiva da terra pelo agronegócio florestal e marca algumas das características das territorialidades dominantes na cadeia produtiva do papel e celulose.

Dessa forma, áreas que antes eram destinadas à produção de atividades tradicionais da região, hoje estão perdendo território para a silvicultura de eucalipto, que tem promovido intensa territorialização de áreas tradicionais e de fronteira para atender às demandas de matéria-prima da indústria de papel e celulose. Como símbolos dessas novas territorialidades, observa-se cercas, placas, novas estradas, guaritas, maquinário pesado etc. (Figura 3).

**Figura 3.** Áreas com a presença de eucalipto nos municípios de Açailândia e Itinga do Maranhão.



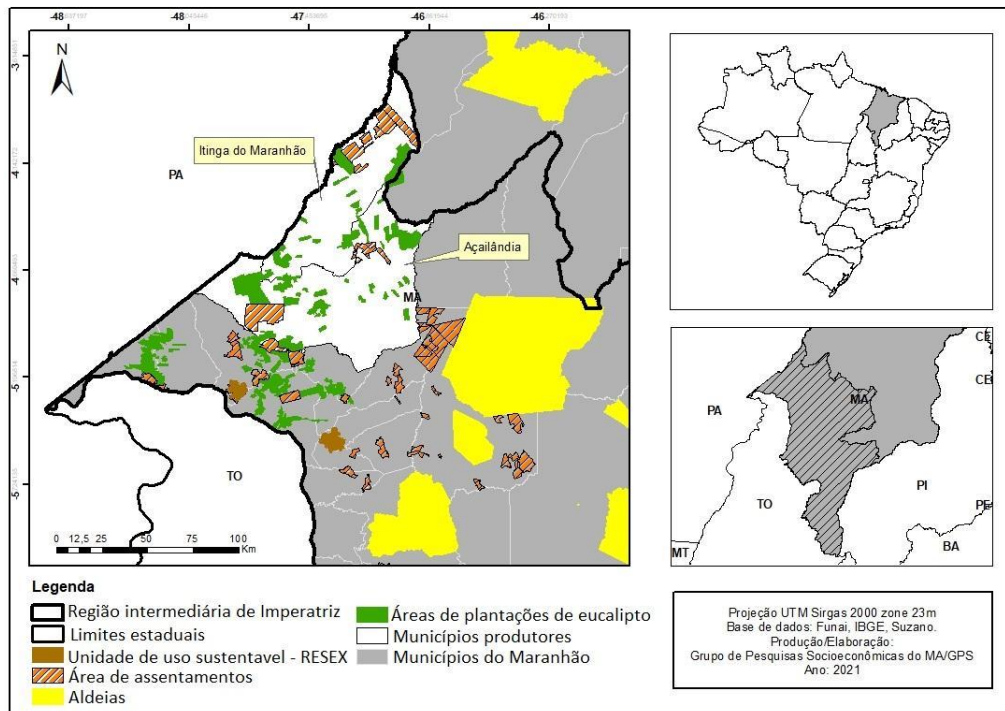
Fonte: Os autores (2022).

Para Gottmann (2012), o território é fruto de repartição e organização do espaço geográfico, logo, como todas as unidades do espaço geográfico, ele deve ser, em teoria, limitado, embora seu formato possa ser modificado por expansão, encolhimento ou subdivisão. Desta forma, o aumento de território de eucalipto significa inevitavelmente o encurtamento ou encerramento de outros tipos de territórios que outrora se destinavam a outras atividades.

Mais do que a intensificação do eucalipto em Açailândia e Itinga do Maranhão, a localização da fábrica em Imperatriz, município vizinho, representa um processo mais amplo de territorialização da produção fabril, traduzido na ampla aquisição de terras para produção intensa e ininterrupta de matéria-prima, estendendo-se por parte expressiva da Amazônia maranhense e chegando, por vezes, aos limites de assentamentos e pequenas propriedades de produção familiar (Figura 4).



**Figura 4.** Áreas de assentamento e fazendas de eucalipto em Açailândia e Itinga do Maranhão.



**Fonte:** Grupo de Pesquisas Socioeconômicas do MA – GPS (2021).

Vale reforçar a distinção entre os processos produtivos da silvicultura de eucalipto e produção tradicional, que, na verdade, são duas formas distintas de uso do território como recurso: a monocultura como processo hegemônico que privilegia o caráter funcional e mercantil do território (produção de *commodities*); e a produção tradicional como processo “dominado” que segue uma lógica de valorização da terra e garantia da sobrevivência cotidiana dos pequenos produtores (produção de alimentos), destacando-se os territórios de pequenas propriedades de base agrícola familiar.

## AGRONEGÓCIO FLORESTAL E TRABALHO RURAL NOS MUNICÍPIOS DE AÇAILÂNDIA E ITINGA DO MARANHÃO

A agricultura de base familiar – que tem como finalidade estrita de abastecimento interno - sempre foi uma estrutura relegada a segundo plano no Brasil, dessa forma, esquecida pelo Estado nas formalizações e implementações de políticas públicas no processo produtivo rural do país. Nesse sentido, a agricultura familiar foi marcada por lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade, sempre à mercê de um processo produtivo comandado pela grande agricultura baseada na concentração da propriedade de terra. Assim, a agricultura familiar é definida como um modo de produção agrícola cuja importância está na capacidade de promover a segurança alimentar, geração de emprego e renda, mitigação da pobreza, conservação da biodiversidade e preservação das tradições culturais (LIMA; SILVA; IWATA 2019).

A agricultura familiar está atrelada ao campesinato. Nesse sentido, Lima, Silva e Iwata (2019, p. 58) explicam que a “agricultura camponesa tradicional é uma das formas sociais de agricultura familiar, porém tem particularidades no que dizem respeito aos objetivos econômicos e sociais [...]”. Felício (2006, p. 15), por sua vez, enfatiza que “o conceito de agricultura familiar está presente desde a origem do campesinato, sendo responsável por explicar que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no

estabelecimento produtivo”. Desta forma, diferentemente do agronegócio e de seu modelo de produção baseado no lucro, na agricultura familiar as famílias vivem da produção; o que produzem serve para consumo próprio ou para venda, como garantia de subsistência.

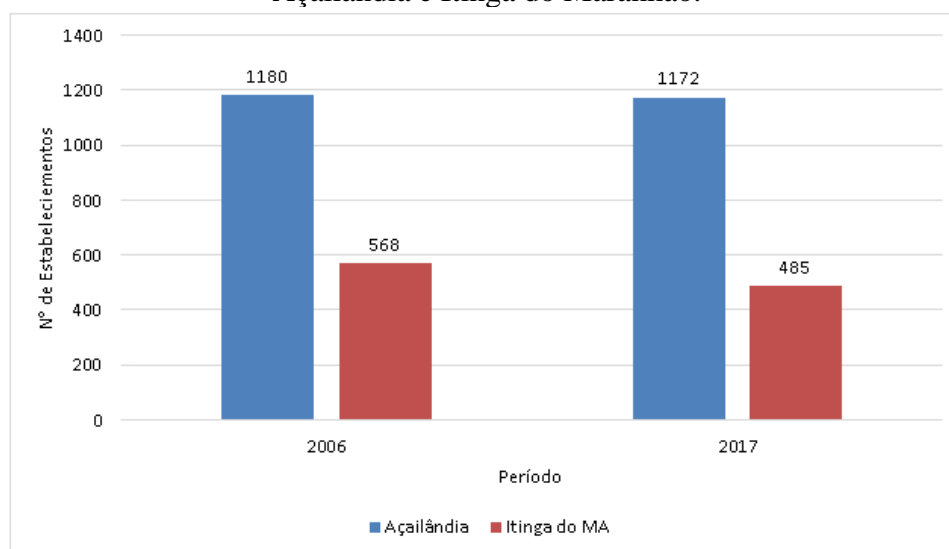
Na mesma perspectiva, Pasqualotto, Kaufmann e Wizniewsky (2019, p. 31) afirmam que o campesinato pode ser considerado atualmente como agricultura familiar, assim, identificando cinco elementos característicos do tipo ideal de sociedade camponesa como: “a autonomia relativa à sociedade como um todo; a importância estrutural do grupo doméstico; um sistema econômico de autarquia relativa; uma sociedade de inter-relacionamentos; e a função decisiva das personalidades de prestígio, que estabelecem uma relação entre a sociedade local e a sociedade em geral”.

Sobre a agricultura de subsistência, Coelho e Fabrini (2014) afirmam que ela vai além das necessidades básicas alimentares de autoconsumo da família e representa relações e produções inseridas na lógica mercantil simples. Em vista disso, os principais aspectos relacionados à subsistência, segundo os autores, são: a) a subsistência pode estar relacionada a produtos agrícolas ou outros objetos elaborados e consumidos na mesma unidade de produção, logo, não havendo o processo de circulação no mercado e sua conversão em dinheiro; b) os gêneros agrícolas são produzidos nas unidades de produção familiar e podem ser destinados ao abastecimento de centros urbanos; c) o conjunto de atividades agrícolas e extra-agrícolas é executado pelos membros da família camponesa, com a finalidade de satisfazer as necessidades de consumo.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2020), a agricultura familiar está diretamente relacionada aos pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. Segundo o censo agropecuário (IBGE, 2017), na cidade de Açailândia existem cerca de 3.082 pessoas ocupadas na agricultura familiar, enquanto em Itinga do Maranhão há 997 pessoas nessa condição.

Em detrimento ao número de estabelecimentos agropecuários destinados para a agricultura familiar (IBGE, 2017), o Gráfico 3 aponta que o quantitativo de empreendimentos dessa natureza, nos municípios de Açailândia e Itinga do Maranhão, teve uma redução, mesmo que ínfima. De 2006 para 2017, houve uma redução de 0,68% no número de estabelecimentos em Açailândia; já em Itinga, a diminuição foi maior, de 568 para 485 estabelecimentos rurais familiares, cerca de 14,61% de redução.

**Gráfico 3.** Número de estabelecimentos de agricultura familiar nos municípios de Açailândia e Itinga do Maranhão.



**Fonte:** Dados do IBGE (2017). Organizado pelos autores (2022).

O Quadro 2 apresenta dados sobre a quantidade e extensão dos estabelecimentos agropecuários, tanto de agricultura familiar como não familiar. Observa-se que as propriedades do tipo familiar existem em maior quantidade, mas ocupam uma área muito menor em relação às do tipo não familiar. A agricultura familiar corresponde a 72,43% dos estabelecimentos rurais de Açailândia e a 74,16% dos de Itinga do Maranhão. Por outro lado, as unidades não familiares, onde também estão inseridas as fazendas de eucalipto, correspondem a menos de 27,57%, em Açailândia, e 25,84% em Itinga, entretanto detêm mais de 87% da área total de propriedades rurais nos dois municípios, sinalizando forte concentração fundiária na monocultura de eucalipto.

**Quadro 2.** Quantidade e área de estabelecimentos rurais em Açailândia e Itinga do Maranhão - Agricultura familiar e não familiar (2017).

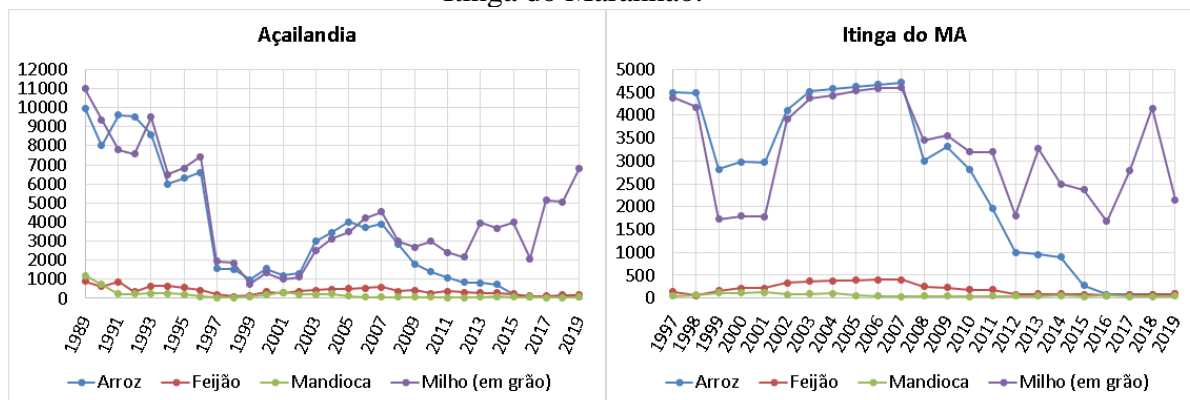
Açailândia					
Estabelecimentos	Unidades	%	Hectares	%	Área Média
Familiar	1172	72,48	64707	14,15	55,21
Não Familiar	445	27,52	392610	85,85	882,27
Total	1617	100	457317	100	282,82
Itinga do MA					
Estabelecimentos	Unidades	%	Hectares	%	Área Média
Familiar	485	74,16	22396	10,29	46,18
Não Familiar	169	25,84	195206	89,71	1155,07
Total	654	100	217602	100	332,72

Fonte: Dados do IBGE (2017). Organizado pelos autores (2022).

Em relação às transformações ocasionadas na matriz produtiva da região estudada, observa-se no Gráfico 4 uma certa queda da produção de culturas tradicionais, em especial arroz, feijão, mandioca e milho. Apesar da expansão da monocultura de eucalipto ser um dos fatores dessa diminuição devido à alta concentração fundiária, outros aspectos históricos devem ser considerados, tais como: crédito agrícola limitado ao pequeno produtor, êxodo rural, grilagem, especulação fundiária etc.

Nesse sentido, houve uma queda no quantitativo de hectares destinados para a produção tradicional. A área total relativa às quatro culturas, em Açailândia, no ano de 1988, era de quase 24 mil hectares, cerca de 4,13% da área total do município, sendo reduzida para cerca de 7.200 hectares, em 2019, apenas 1,24% da área do município. De forma semelhante, Itinga do Maranhão apontava em 1997, uma área total de 9.062 hectares das culturas destacadas, contudo essa extensão caiu para 2.368 hectares em 2019, uma redução de 2,52 % para 0,66% da área total do município.

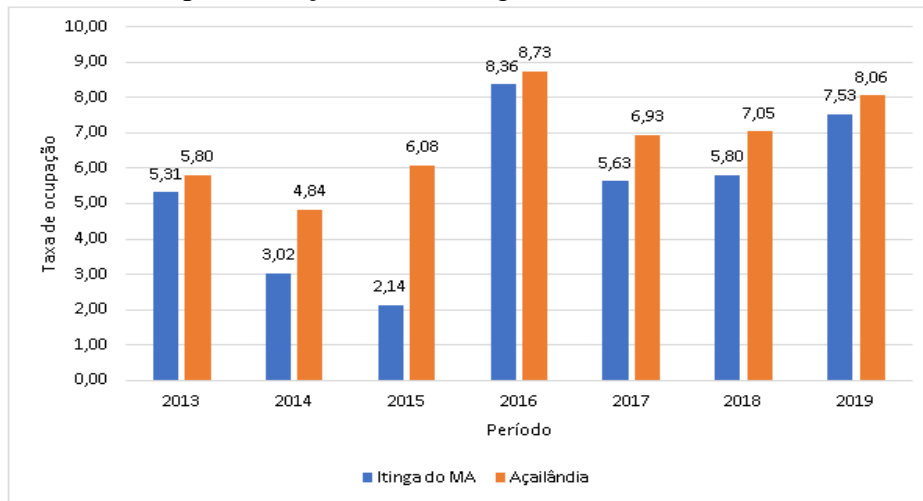
**Gráfico 4.** Produção (em hectares) de arroz, feijão, mandioca e milho em Açailândia e Itinga do Maranhão.



Fonte: Dados do IBGE (2019b). Organizado pelos autores (2022).

No entanto, quando se observa a produtividade do ponto de vista da silvicultura de eucalipto, tem-se uma outra realidade em comparação com áreas de agricultura familiar. O Gráfico 5 mostra que, em 2013, Açailândia tinha aproximadamente 33.700 hectares de área plantada, aumentando para quase 47 mil hectares em 2019, representando 8,06% do território municipal. A área plantada em Itinga do Maranhão também aumentou de 19.035 hectares, em 2013, para 26.946 hectares, em 2019, chegando o eucalipto a ocupar 7,53% da área do município.

**Gráfico 5.** Percentuais de áreas plantadas de eucalipto em relação à área territorial dos municípios de Açailândia e Itinga do Maranhão (hectares).



**Fonte:** Dados do IBGE (2019a). Organizado pelos autores (2022).

A Figura 4 busca mostrar a realidade em que se encontra o camponês em contraste com a expansão da monocultura de eucalipto. A regularização fundiária é mais um componente na fragilização dos trabalhadores rurais em áreas de avanço do eucalipto. No assentamento Marielle Franco, fundado em 2018, no município de Itinga do Maranhão, vivem cerca de 150 famílias. O agricultor A, entrevistado na pesquisa de campo, conta que “a comunidade produz muito nessas terras, produz arroz, feijão, tomate, abóbora, milho, nós criamos galinhas, porcos”. Já o agricultor B ressalta a importância dessas terras: “é daqui que tiro boa parte da minha alimentação”. O conflito fica claramente exposto não apenas pelas ameaças de despejo, mas também pela afirmação dos moradores de que encontram dificuldades de entrada e saída do assentamento, justamente porque o principal acesso é bloqueado pela empresa siderúrgica.

**Figura 4.** Assentamento Marielle Franco, município de Itinga do Maranhão.



**Fonte:** Os autores (2022).



O assentamento 50 bis, também no município de Itinga do Maranhão (Figura 5), foi criado em 1999 e nele vivem aproximadamente 24 famílias. A principal atividade agrícola da comunidade é o cultivo de mandioca para produção de farinha que é vendida no setor urbano do município. O agricultor C, ao ser entrevistado, conta que a comunidade produz farinha há mais de 20 anos, enquanto o eucalipto começou a ser produzido há mais ou menos 6 anos. Segundo o entrevistado, isso revela tanto a importância econômica dessa atividade tradicional quanto sua relevância cultural para a região. Ele também enfatiza o problema com os agrotóxicos lançados nas fazendas e relata que “as terras ficam mais fracas devido aos venenos lançados”.

**Figura 5.** Assentamento 50 bis, município de Itinga do Maranhão.



Fonte: Os autores (2022).

A Figura 6 apresenta pequenas áreas voltadas para a agricultura tradicional e criação de animais. Localizadas nas margens da rodovia Belém-Brasília (BR-010), essas áreas também se encontram ao lado de fazendas de eucalipto, mostrando o contraste entre a extensão territorial das plantações de eucalipto e a ausência de terras para os grupos familiares. Nesse contexto e na ausência de determinadas políticas públicas, como a reforma agrária, essas populações acabam produzindo sua subsistência nas terras da União. Apesar dessas produções incluírem culturas variadas — como cana-de-açúcar, milho, quiabo, feijão, entre outras —, destaca-se a produção de mandioca, que historicamente, segundo Prado Júnior (1970), é uma das bases da alimentação vegetal do país desde a colônia, e cultivar-se-á em toda parte.

**Figura 6.** Produção de culturas tradicionais suprimidas pelas fazendas de eucalipto e pela BR-010 em Itinga do Maranhão e Açailândia.



Fonte: Os autores (2022).

Em uma pequena área próxima à BR-010, em frente de uma fazenda de eucalipto no município de Açailândia (Figura 6), foi entrevistada uma família que tem na agricultura uma parcela considerável de sua renda. A agricultora D, uma das entrevistadas, contou que planta feijão, milho, quiabo, macaxeira, além de criar galinhas e porcos; esses produtos são vendidos na



cidade. Ela também enfatizou sua identidade com o local: “se eu não tivesse aqui, eu acho que já teria era morrido de fome [...] eu amo esse lugar”.

Haesbaert (2005) enfatiza essa relação do pequeno produtor com o território ao afirmar que, para o agricultor, o território adquire, muitas vezes, tamanha força que combina, na mesma medida, funcionalidade e identidade (símbolo). Por isso, perder seu território é o mesmo que desaparecer. O autor pontua que o território é a identidade da população e que tem um papel simbólico. No entanto, essa identidade que o território transmite através das comunidades tradicionais está ameaçada pela expansão da silvicultura do eucalipto, o chamado território funcional. Logo, a expansão do eucalipto sobre os municípios de Açailândia e Itinga do Maranhão vem modificando o espaço rural — convertido em extensas áreas de monocultura — e aspectos tradicionais do campo, de modo que muitos pequenos produtores são obrigados a migrar para outras áreas para conseguir garantir seu sustento

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O avanço da fronteira agrícola do eucalipto vem proporcionando mudanças no uso da terra nos municípios de Açailândia e Itinga do Maranhão — sobretudo nos territórios de agricultura familiar — em razão da intensificação de fatores como concentração de terras, conflitos de propriedade e uso, intoxicação de trabalhadores e comunidades vizinhas, êxodo rural e desestruturação das atividades econômicas tradicionais. Em que pese o fato de que existem diversos fatores que podem provocar alterações na produção de culturas alimentares, desestruturando essa atividade econômica, é preciso frisar que a expansão das plantações de eucalipto coincide com a diminuição da produção agrícola das quatro principais culturas da região estudada: arroz, feijão, mandioca e milho.

O território ocupado pela atividade do eucalipto fica, de certa forma, entregue às estratégias produtivas de longo prazo, inviabilizando políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local e a produção de alimentos. Dessa forma, o movimento do eucalipto também vem provocando transformações no trabalho rural das comunidades que vivem da agricultura familiar, diminuindo a produção e o trabalho familiar nesses grupos, o que tem levado muitas dessas famílias a procurarem outras atividades para sobreviver.

Assim, essa expansão do eucalipto está modificando profundamente as relações sociais de produção nos municípios estudados, diminuindo a diversidade produtiva e alterando as relações de trabalho. Enquanto os grandes empreendimentos têm suas produções voltadas para o mercado externo, os gêneros alimentícios básicos estão, de certa forma, esquecidos e, muitas vezes, tendo que se reinventar em meio ao eucalipto.

## **AGRADECIMENTOS**

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA pelo financiamento da pesquisa.

## **REFERÊNCIAS**

BECKER, K. B. Amazônia. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BOLFE, E. L. et al. Matopiba em crescimento agrícola Aspectos territoriais e socioeconômicos. Revista de Política Agrícola, Brasília, v. 25, n. 4, p. 38-62, out./dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Agricultura Familiar. Brasília, 4 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 29 set. 2022.

BURNETT, F. L. Transformações produtivas, permanências socioeconômicas, embaraços políticos: desafios do planejamento territorial no Maranhão atual. *Revista Política e Planejamento Regional*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 177-188, jul./dez. 2014.

COELHO, D. C.; FABRINI, J. E. Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio. *Revista NERA, Presidente Prudente*, v. 17, n. 25, p. 71-87, jul./dez. 2014.

FELÍCIO, M. J. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. *Campo-Território, Uberlândia*, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. *Boletim Campineiro de Geografia, Campinas*, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: *ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA*, 10., 2005, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES (IBÁ). Relatório Ibá 2015. São Paulo: IBÁ, 2015. Disponível em: [http://iba.org/images/shared/iba\\_2015.pdf](http://iba.org/images/shared/iba_2015.pdf). Acesso em: 4 set. 2022.

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES (IBÁ). Relatório Ibá 2019. São Paulo: IBÁ, 2019. Disponível em: <https://iba.org/datafiles/publicacoes/relatorios/iba-relatorioanual2019.pdf>. Acesso em: 01 set. 2022.

IBGE. Produção extrativista e da silvicultura no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 out. 2022.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Censo agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: Acesso em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Disponível em: 30 out. 2022.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Levantamento sistemático da produção agrícola 2008/2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 out. 2022.

LIMA, F. L.; SILVA, E. G. A.; IWATA, B. F. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. *Revista Retratos de Assentamentos, Araraquara*, v. 22, n. 1, p. 50-68, fev./jul. 2019.

NASCIMENTO, C. P.; BASTOS, A. P. V. O papel da fronteira no processo de construção socio-espacial da Amazônia. *Revista de Estudos Sociais, Cuiabá*, v. 18, n. 36, p. 3-26, 2016.

OLIVEIRA, A. B. Indústria de celulose e o avanço da silvicultura do eucalipto na fronteira agrícola da Amazônia maranhense. *Revista Geosul, Florianópolis*, v. 34, n. 71, p. 301-327, abr. 2019. Dossiê Agronegócios no Brasil.

OLIVEIRA, A. B.; PAZ, D. A. S.; SILVEIRA, K. C. Expansão da silvicultura do eucalipto e transformações no uso da terra em municípios do oeste maranhense. *Revista InterEspaço, Grajaú, MA*, v. 6, p. 01-24, 2020.

PASQUALOTTO, N.; KAUFMANN, M. P.; WIZNIEWSKY, J. G. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável. 1. ed. Santa Maria, UFSM, NTE, 2019. Disponível em: [https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/09/MD\\_Agricultura-Familiar.pdf](https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/358/2019/09/MD_Agricultura-Familiar.pdf). Acesso em 21 de set. de 2022.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N.; PORCIONATO, G. L. Expansão da agricultura no MATOPIBA e impactos na infraestrutura regional. *Revista de Economia Agrícola, São Paulo*, v. 65, n. 1, p. 15-33, jan./jun. 2018.

PRADO JUNIOR, C. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1970.

SALOMON, M. M. R. Quem disputa o MATOPIBA? Interesses e sustentabilidade na fronteira agrícola. 2020. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SANTOS, C. C. M. MATOPIBA: uma nova fronteira agrícola ou um reordenamento geográfico do agronegócio e dos espaços produtivos de “cerrados”? *Cadernos do CEAS, Salvador/Recife*, n. 245, p. 570-600, set./dez. 2018.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SICSÚ, A. B.; LIMA, J. P. R. Fronteiras agrícolas no Brasil: a lógica de sua ocupação recente. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p.109-138, jul. 2000.

SUZANO PAPEL E CELULOSE. Relatório da avaliação fase 2 para certificação de manejo florestal e cadeia de custódia desde a floresta até a saída do produto da empresa. Imperatriz, 2018. Disponível em < [https://www.sysflor.com.br/wp-content/uploads/2019/05/CER-REL\\_Recert-Suzano-2018-270519\\_FIN\\_PUBLICO.pdf](https://www.sysflor.com.br/wp-content/uploads/2019/05/CER-REL_Recert-Suzano-2018-270519_FIN_PUBLICO.pdf)> acessado em 01 set. de 2022.

SUZANO PAPEL E CELULOSE. Processo de arrendamento das fazendas de eucalipto. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por < suzanosponde@suzano.com.br > em, 30 de out. de 2022.

VIANA, M. B. O EUCALIPTO E OS EFEITOS AMBIENTAIS DO SEU PLANTIO EM ESCALA. Câmara dos Deputados, Brasília – DF, 2004.

VIEIRA FILHO, J. E. R. Expansão da fronteira agrícola no Brasil: desafios e perspectivas. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2016